

Casa suspeita

VILLAS-BÔAS CORRÊA *

Da escaramuça para a aprovação do Fundo Social de Emergência até o final da próxima semana, com o amortecedor do carnaval pelo meio, não se falou nem se ouvirá uma palavra sobre o processo de cassação de mandatos dos 18 parlamentares denunciados pela CPI por ativa participação nas ladroneiras da famigerada Comissão Mista do Orçamento. Nem uma palavra, bem entendido, que não seja de evasivas e desculpas sobre os sucessivos adiamentos de prazos.

Esquisito, muito esquisito. A bulha provocada pelas negociações, pelos avanços e recuos, pelos pronunciamentos do ministro Fernando Henrique Cardoso, de agressivas cobranças críticas pelas negaças do Congresso, o revide do pudor parlamentar ofendido e, afinal, a algazarra da votação da tarde de quórum folgado, como que criaram uma zona de silêncio sobre os escândalos da corrupção.

Esquisito, esquisitíssimo. Se não é, cada vez mais parece evidente que o Congresso está farto de denúncias, apurações e listas em aberto de indiciados à cassação dos mandatos e, se puder, enterra o assunto incômodo colocando em cima a pedra do corporativismo. É só continuar a fazer corpo mole, empurrar prazos com a barriga inchada de mordomias e privilégios que o tempo acabará por engolir a indignação popular, distraindo a vigilância com fatos novos.

Afinal, o calendário político preenche todo o ano, transborda para 95, não deixa vazios. E afinal, nada como um dia depois do outro. A novidade envelhece o ontem; a velocidade com que os fatos se sucedem atualiza prioridades e convoca a atenção a olhar para a frente.

O escândalo da CPI do Orçamento está deslizando para a cova dos acertos dos interesses cúmplices.

A poeira da distração vai pousando sobre o assunto gasto. Pautas políticas, voltadas para temas mais urgentes, relegam as etapas finais da CPI do Orçamento a segundo plano.

Na contramão do silêncio, as suspeitas colecionam coincidências. A quem interessa politicamente a punição dos mafiosos da quadrilha do orçamento? E a quem convém o arquivamento dos processos, esvaziados pelas delongas que corroem pelas bordas a vigilância desmobilizada da sociedade?

Talvez seja prematuro e leviano responder à curiosidade espicaçada pela malícia. Mas as coincidências se acumulam, em jorro que não estanca.

Pode não significar muita coisa. Mas foi chocante o desembarço com que os indicados pelo relatório do deputado Roberto Magalhães, aprovado pela unanimidade da CPI, participaram dos entendimentos, debates e votação do plano econômico. Circularam pelo plenário festejados pelas lideranças que os convocaram para salvar a pátria e colheram o doce fruto da cordialidade restaurada do convívio parlamentar, livres afinal dos efêmeros constrangimentos dos dias de vexame e ásperos interrogatórios.

**O escândalo
da CPI está
deslizando**

Ninguém mais se arrisca a avançar palpites sobre prazos para o encerramento dos processos de cassação. As estimativas rigorosas do presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira e do presidente da Comissão de Justiça da Câmara, deputado José Dutra, foram para o espaço, volatilizaram-se como esguicho de lança-perfume. A certeza de punições definidas antes do carnaval diluiu-se em vagas promessas de redobrar esforços lá para o fim do mês.

No vão cavado pela conspiração dissimulada, as coincidências deslizam pelos corredores do recesso. Cada vez mais esquisito. Com mais de quatro centenas de deputados registrados no painel eletrônico do final da sessão de anteontem, a presidência da Câmara comandou a debandada carnavalesca, anunciando que a sessão de ontem não teria ordem do dia e, portanto, liberando o sacrifício da presença. Em descontos da parte fixa dos salários dos gazeteiros, engordados por intocáveis vantagens e artifícios, não se fala mais. Ao menos por enquanto.

Afinal, todos cumpriram seu dever. A convocação afluiva, angustiosa, lubrificada por recompensas franciscanas, não pretendia mais do que a aprovação, em primeira votação, do Fundo Social de Emergência, votado na marra por parlamentares que atendiam ao governo sem saber o que estavam aprovando. Não só por desinteresse, mas pela impossibilidade de informar-se sobre o texto de emenda aglutinativa, alinhada às pressas e à última hora, sem tempo para a distribuição em avulso.

Ora, boa vontade se paga na mesma moeda. Depois, não vivemos fase rotineira, mas a excepcionalidade de período extraordinário, que empilha desafios. A sucessão está batendo às portas do centrão, desarvorado pela dificuldade em identificar seu candidato viável para ocupar a vaga classificatória no primeiro turno, para o mano a mano da rodada decisiva.

Nos sufocos cumulativos de eleição e de revisão constitucional não se desperdiça ajuda. A lombeira que relaxa tensões de dias infartantes lubrifica a lentidão com que os denunciados e seus advogados preparam a defesa. Até ontem, apenas o deputado Aníbal Teixeira tinha entregue à Comissão de Justiça suas extensas explicações e copiosos documentos. Os 16 outros deputados não têm pressa.

Nem têm por que afobar-se. Os prazos estão sendo espichados no jogo de sessões sem quórum e sem ordem do dia. Além do que os documentos que comprovam as tramóias da gangue foram encaminhados à Comissão de Justiça, depois de exaustivas cobranças, numa desordem de embrulho de papéis velhos, sem índice ou catalogação que facilite seu manuseio.

Entende-se. A CPI do Orçamento não chegou ao fim da linha, mas mexeu com vespeiros, investigando e denunciando parlamentares de influência, prestígio e com força política para a mobilização de pressões. Na fervura da CPI que revela um escândalo a cada dia, não dava para aliviar o peso das evidências. Mas daqui até o julgamento, com mais alguns adiamentos, quem sabe? Por baixo do pano, entra-se e escapa-se do circo.

para os
acertos de
interesses
cúmplices.